



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

CAMPUS BACABAL

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

ANA CLARA RODRIGUES COSTA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais

Bacabal/MA

2024

ANA CLARA RODRIGUES COSTA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais

Monografia apresentada junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Bacabal, como pré-requisito para obtenção do grau de Pedagogia Licenciatura.

Orientador: Prof. Esp. Marcos Antônio Fernandes Vasconcelos de Souza

Bacabal/MA

2024

C834p Costa, Ana Clara Rodrigues.

Alfabetização e letramento: Desafios e perspectivas no processo de ensino – aprendizagem nos anos iniciais / Ana Clara Rodrigues Costa – Bacabal-MA, 2024.

52 f: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia Licenciatura- Universidade Estadual do Maranhão-UEMA/ Campus Bacabal-MA, 2024.

Orientador: Profº Esp. Marcos Antonio F.V. de Souza

1. Alfabetização 2.Letramento 3. Ensino-aprendizagem

CDU: 37.01

ANA CLARA RODRIGUES COSTA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais

Monografia apresentada junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Bacabal, como pré-requisito para obtenção do grau de Pedagogia Licenciatura.

Aprovada em: 30/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS ANTONIO FERNANDES VASCONCELOS**
Data: 07/09/2024 10:58:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Esp. Marcos Antônio Fernandes Vasconcelos de Souza
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUIZA SANTOS GAMA**
Data: 06/09/2024 22:30:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 01: Prof^a Me. Maria Louiza Santos Gama
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **VILMAR MARTINS DA SILVA**
Data: 07/09/2024 09:51:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 02: Prof^a Vilmar Martins da Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Dedico este trabalho a Deus, que me deu força, sabedoria e direção em cada etapa dessa jornada. A minha família, pelo amor incondicional, apoio e incentivo, que contribuíram para a realização deste projeto. Este momento não seria possível sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar minha gratidão a Deus, cuja inspiração e orientação foram essenciais durante todo esse percurso.

À minha mãe, Leila Maria Rodrigues Costa, que sempre esteve ao meu lado me apoiando ao longo de toda minha trajetória.

Ao meu pai, Raimundo Nonato Costa, e ao meu avô, Silvestre Rodrigues, que já não estão mais conosco, gostaria de dedicar um agradecimento especial. Embora não estejam aqui para presenciar a conclusão deste projeto, sinto a presença de cada um em cada etapa desta jornada. Suas memórias e seus ensinamentos continuam a me guiar e inspirar.

A toda minha família, minha sincera gratidão por seu apoio incondicional, paciência e amor.

Agradeço a meu orientador, Marcos Antônio Fernandes Vasconcelos de Souza, por aceitar conduzir meu trabalho de pesquisa.

A todos os professores do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão pela excelência do ensino de cada um.

Aos meus amigos e demais pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste TCC.

Muito obrigada a todos!

*"A alfabetização é um direito fundamental,
e o letramento é o caminho para a plena
cidadania".*

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo aborda a importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais da educação infantil, enfatizando que esses processos são cruciais para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças. A alfabetização é vista como um processo que vai além da simples leitura e escrita, envolvendo a compreensão e interpretação dos códigos linguísticos, enquanto o letramento se refere à capacidade de utilizar a leitura e a escrita de forma eficaz em diferentes contextos sociais. O trabalho discute a necessidade de práticas pedagógicas que ofereçam experiências significativas e lúdicas, adaptadas ao desenvolvimento infantil, mas também aponta os desafios enfrentados, como a falta de recursos pedagógicos e a formação insuficiente de professores. Com base em uma revisão bibliográfica, o estudo analisa esses desafios e explora perspectivas para a melhoria das práticas educacionais, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, inclusiva e eficaz desde os primeiros anos escolares.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study addresses the importance of literacy and literacy in the early years of childhood education, emphasizing that these processes are crucial for children's cognitive, social and cultural development. Literacy is seen as a process that goes beyond simple reading and writing, involving the understanding and interpretation of linguistic codes, while literacy refers to the ability to use reading and writing effectively in different social contexts. The paper discusses the need for pedagogical practices that offer meaningful and playful experiences, adapted to children's development, but also points out the challenges faced, such as the lack of pedagogical resources and insufficient teacher training. Based on a literature review, the study analyzes these challenges and explores perspectives for improving educational practices, with the aim of promoting quality, inclusive and effective education from the earliest school years.

Keywords: literacy; literacy; teaching and learning.

LISTA DE SIGLAS

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Alfabetização e letramento: Conceitos e diferenças	13
2.2 Importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais	17
2.3 Nova política de alfabetização (Decreto nº 11.556/2023)	20
3 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	22
3.1 Fatores socioeconômicos	22
3.2 Abordagens pedagógicas e métodos de alfabetização	26
4 PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS	31
4.1 Intervenções pedagógicas	31
4.2 Envolvimento da comunidade escolar	36
4.3 Formação continuada dos professores	40
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são processos fundamentais nos anos iniciais da escolarização infantil. De forma geral, essas etapas são consideradas essenciais para estabelecer bases sólidas para o aprendizado contínuo, influenciando de forma significativa o desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças.

Atualmente, os termos alfabetização e letramento são amplamente discutidos no meio educacional. É essencial que os alunos se envolvam ativamente na leitura e na escrita, pois vivemos em uma sociedade letrada. Além de aprender a codificar e decodificar palavras, eles precisam compreender o uso social da escrita. Nos anos iniciais da educação infantil, é crucial considerar que esta é uma fase de desenvolvimento das crianças, devendo-se, portanto, oferecer experiências significativas. Essas experiências, muitas vezes lúdicas, permitem a descoberta do mundo e são parte integrante do cotidiano dos alunos nessa etapa.

A compreensão do tema parte do reconhecimento de que a alfabetização vai além da simples capacidade de ler e escrever, pois ela envolve a compreensão e a interpretação dos códigos linguísticos, sendo um processo intimamente ligado ao letramento. O letramento refere-se à habilidade de usar a leitura e a escrita de maneira eficaz em diferentes contextos sociais.

No entanto, esses processos enfrentam desafios diversos, que vão desde a falta de recursos pedagógicos adequados até a formação insuficiente de professores para lidar com as demandas contemporâneas da educação.

Neste contexto, este trabalho tem como tema "Alfabetização e letramento: desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais".

Acredita-se que somente através de um processo educativo centrado em práticas de letramento os alunos terão as condições necessárias para desenvolver trajetórias sociais enriquecidas pela leitura. Sem essa abordagem, a sociedade continuará a ver a leitura como um mero exercício de decodificação, sem significado real para o aluno, tornando-se uma atividade difícil e sem propósito.

Assim, a escolha do tema se justifica pela relevância crescente de discutir e aprimorar as práticas de ensino da alfabetização e do letramento, especialmente

diante das mudanças e das novas exigências da sociedade moderna. Verifica-se que há uma necessidade urgente de adaptar as metodologias de ensino para responder às necessidades dos alunos, considerando a diversidade cultural e socioeconômica presente nas salas de aula.

Além disso, os índices de analfabetismo funcional e a baixa proficiência em leitura e escrita observados em avaliações nacionais e internacionais destacam a importância de investigar e propor soluções para esses desafios educacionais.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de alfabetização e letramento a partir dos desafios e perspectivas no processo ensino – aprendizagem nos anos iniciais.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, como compreender o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental e identificar os principais desafios e perspectivas apresentados no processo de alfabetização, bem como compreender o desenvolvimento da ação pedagógica no processo de alfabetização e letramento.

Tal abordagem permitirá uma análise fundamentada dos fatores que influenciam a alfabetização e o letramento na realidade brasileira, proporcionando subsídios para a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes no contexto escolar.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de revisão bibliográfica, com o objetivo de obter uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados. Para o desenvolvimento do trabalho, será realizado levantamento bibliográfico através da análise e abordagem de artigos acadêmicos e obras especializadas na área de educação. A investigação incluirá a revisão de literatura relevante e a análise de documentos oficiais que tratam dos processos de alfabetização e letramento no Brasil para alunos dos anos iniciais.

Em síntese, esta pesquisa pretende contribuir para a discussão e a melhoria das práticas educacionais voltadas para a alfabetização e o letramento, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a formação de uma educação de qualidade, inclusiva e eficaz desde os primeiros anos escolares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Alfabetização e letramento: Conceitos e diferenças

A compreensão dos conceitos e definições da alfabetização e letramento é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes nos anos iniciais de escolarização, embora muitas vezes usados de forma intercambiável, esses termos possuem significados distintos e complementares.

Durante muito tempo, alfabetização e letramento foram considerados sinônimos. No entanto, atualmente, esses processos são reconhecidos como distintos, cada um com características específicas que devem ser compreendidas e analisadas por educadores, supervisores, psicólogos, coordenadores pedagógicos, diretores escolares, pais, alunos e outros membros da comunidade que se preocupam com a educação em sua plenitude.

A palavra "alfabetização" é de uso comum e frequente, não apenas entre profissionais da educação, mas também no léxico de todos os indivíduos, independentemente de serem alfabetizadas, em uma sociedade letrada. Em geral, há consenso sobre o significado do termo: ao se perguntar a qualquer pessoa o que é alfabetização, a resposta geralmente será que é "o processo de ensinar a ler e a escrever". No entanto, entre os profissionais da educação, esse conceito começou a ser debatido a partir de meados da década de 1980. As crescentes demandas sociais por leitura e escrita em sociedades centradas na escrita, como a maioria das sociedades modernas, mostraram que apenas "saber ler e escrever" não era suficiente. Surgiu então a necessidade de expandir o conceito de alfabetização para incluir o uso competente da leitura e da escrita nas diversas situações sociais em que a língua escrita está presente (Soares, 2004, p. 10).

Logo se reconheceu que essas duas competências — saber ler e escrever e responder adequadamente às demandas sociais de uso da leitura e da escrita — envolvem processos linguísticos e cognitivos distintos. Como resultado, o termo "letramento" passou a ser utilizado para descrever o desenvolvimento das habilidades de uso social da leitura e da escrita. Já "alfabetização" passou a ser usada especificamente para descrever a aprendizagem do sistema alfabético, que

converte a fala em representação gráfica, transformando a língua falada — do falar e do ouvir — em língua escrita — do escrever e do ler (Soares, 2004, p. 13).

Assim, para Soares (2004), a alfabetização é entendida como a aprendizagem do sistema de representação gráfica da fala — o sistema alfabético — e das normas que regem seu uso.

Já o termo letramento se origina da expressão inglesa literacy, cuja etimologia remete ao termo em latim littera, que significa “letra”. Ambas as línguas utilizaram como prefixo a palavra latina e acrescentaram um sufixo para formar um novo conceito. Em português, foi utilizado o prefixo “letra” e adicionado o sufixo “mento”. O surgimento da palavra foi influenciado por transformações sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas, fatores que comumente provocam o surgimento de novos termos e conceitos para designar fenômenos e demandas que surgem na sociedade.

Sobre o conceito de letramento, uma das definições mais elucidativas do termo é a apresentada por Magda Soares, professora, pesquisadora e escritora da área da Educação:

“Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (Soares apud Batista, 2007, p. 49).

Nessa definição, o conceito de letramento se apresenta como uma prática social que vai além de apenas saber ler e escrever, exigindo essas habilidades para a participação ativa no mundo. Em resumo, letramento é a capacidade de ler e escrever de acordo com o contexto das práticas sociais que envolvem essas habilidades, baseando-se na linguagem como um produto cultural e social.

O conceito de letramento é algo que pode ainda ser encontrado em diversos países ao redor do mundo. Sua origem está ligada principalmente à França e aos Estados Unidos. Desde seu início, o tema tem sido marcado por diversas contradições, que ainda são percebidas na atualidade. Nesse sentido, Soares (2004) ressalta que:

[...] a invenção do letramento entre nós se deu por caminhos diferentes daqueles que explicam a invenção do termo em outros países, como a França e os Estados Unidos. Enquanto nesses outros países a discussão do letramento – illetrisme, literacy e illiteracy - se fez e se faz de forma independente em relação à discussão da alfabetização – apprendre a lire et à écrire, reading instruction, emergent literacy, beginning literacy -, no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, o que tem conduzido a certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino de desinvenção da alfabetização [...] (Soares, 2004, p. 8).

Para Piaget (1999), o aluno deve constituir-se como o indivíduo motivador de todo processo educativo. A ele cabe assimilar o conhecimento mediante as diferentes propostas educativas intermediadas pelo educador. Na perspectiva construtivista, o aluno desenvolve-se de forma global, isto é, física, emocional, afetiva, social e cognitivamente.

Mesmo antes de serem submetidas a um processo sistemático de alfabetização, as pessoas convivem com determinadas situações de leitura e escrita que contribuem para o aperfeiçoamento de seu processo de letramento.

Ferreiro e Teberosky, ao pesquisarem a psicogênese da língua escrita, revelam a maneira pela qual a criança e o adulto constroem seu sistema interpretativo para compreender esse objeto social complexo que é a escrita. Mesmo quando ainda não escrevem ou lêem da forma convencionalmente aceita como correta, já estão percorrendo um processo que os coloca mais próximos ou mais distantes da formalização da leitura e da escrita (Lira, 2006, p. 44).

Nesse sentido, é essencial que a escola ofereça atividades que incentivem e despertem o prazer pelo aprendizado, além de destacar a importância da alfabetização e do letramento. Para compreender esse processo, é crucial entender primeiro o que significa alfabetizar. Alfabetizar é permitir o acesso ao universo da leitura. É proporcionar condições para que a criança ou adulto possa entrar no mundo da escrita, tornando-se capaz não apenas de ler e escrever, habilidades que envolvem a decodificação e codificação do sistema escrito, mas, principalmente, de utilizar a escrita de maneira prática e adequada, com todas as funções que ela

desempenha em nossa sociedade. Além disso, a escrita deve ser vista como uma ferramenta fundamental na luta pela plena cidadania (SOARES, 2004, p. 91).

De acordo com Soares citada por Moraes e Albuquerque (2007, p. 47):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrario: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o individuo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Logo, verifica-se que a alfabetização e o letramento são processos distintos, mas inseparáveis. De forma ampla, a alfabetização é uma parte fundamental do letramento, portanto, é ideal ensinar a ler e escrever de modo que a criança não apenas decodifique as palavras, mas também compreenda o que lê. Para alcançar esse objetivo, o professor precisa entender a importância tanto da alfabetização quanto do letramento no processo educativo.

Espera-se que uma criança seja alfabetizada durante os anos iniciais do ensino fundamental. Isso não depende apenas da idade, mas de diversos fatores que influenciam a rapidez e a facilidade com que ela desenvolve a leitura e a escrita, como a sua autoestima, o apoio da família e do professor, os métodos didáticos, entre outros fatores que serão destacados ao longo deste trabalho (Santos, 2016, p.2).

Essas ferramentas combinadas permitem o desenvolvimento de habilidades básicas como escrita, leitura e comunicação. Além disso, elas são cruciais para o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como a capacidade de elaborar ideias e coordenar pensamentos de maneira sofisticada, construídas a partir de uma base sólida nos primeiros anos da educação infantil.

Portanto, a educação nos anos iniciais deve integrar práticas de alfabetização e letramento, proporcionando aos alunos não apenas a capacidade de ler e escrever, mas também de compreender e utilizar essas habilidades de maneira significativa em suas vidas.

Essa integração é essencial para formar indivíduos capazes de navegar com competência pelo mundo letrado, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

2.2 Importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais

A alfabetização e o letramento nos anos iniciais são cruciais não apenas para a aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas também para o desenvolvimento integral das crianças. Esses processos exercem um impacto significativo em diversas dimensões da vida escolar e pessoal dos alunos, influenciando o desenvolvimento cognitivo, a inclusão social e a formação do indivíduo.

O impacto no desenvolvimento cognitivo é um dos aspectos mais evidentes da importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais. A aprendizagem da leitura e da escrita estimula diversas áreas do cérebro, promovendo habilidades cognitivas complexas como a memória, a atenção, a resolução de problemas e o pensamento crítico.

Ao decodificar símbolos e construir significados, as crianças desenvolvem a capacidade de compreender e processar informações, habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e para o aprendizado contínuo ao longo da vida. Além disso, a exposição a diferentes tipos de textos e gêneros literários amplia o vocabulário e favorece a compreensão de conceitos abstratos, contribuindo para o desenvolvimento intelectual. Kleiman (1995, p. 25-26) alerta:

Os problemas da associação da escrita ao desenvolvimento cognitivo são vários. O mais importante talvez seja o fato de que uma vez que os grupos não-letrados ou não-escolarizados são comparados com grupos letrados ou escolarizados, estes últimos podem vir a ser a norma, o esperado, o desejado, principalmente porque os pesquisadores são membros de culturas ocidentais letradas. Quando a comparação é realizada, estamos a um passo de concepções deficitárias de grupos minoritários..., concepções estas perigosas pois podem fornecer argumentos para reproduzir o preconceito, chegando até a criar duas espécies, cognitivamente distintas: os que sabem ler e escrever e os que não sabem.

Neste contexto, Kleiman (1995, p. 30) propõe pensar “a aquisição da escrita como um processo que dá continuidade ao desenvolvimento linguístico da criança, substituindo o processo de ruptura” que normalmente acontece na prática escolar. O distanciamento entre a língua oral e a língua escrita devido à especialização e ao

funcionamento diferenciado de ambas, segundo a autora, configura uma situação “não de línguas em contato, mas de línguas em conflito.

Trata-se de duas modalidades que constituiriam variedades discursivas da mesma língua, sendo que cada uma tem status e prestígio diferentes” (KLEIMAN, 1995, p. 49). O respeito à diversidade linguística, preconizado no modelo de letramento defendido por Kleiman, encontra paralelo no respeito à diversidade cultural e consequente diversidade de visões de mundo que se percebe em autores do campo de pesquisa em ensino de ciências que tratam de letramento científico.

Ainda, importante destacar a relevância para a inclusão social é outro ponto fundamental na alfabetização e letramento dos anos iniciais. A habilidade de ler e escrever permite que as crianças participem de forma ativa e efetiva na sociedade. O letramento funcional, que vai além da simples decodificação de palavras, capacita os alunos a compreenderem e se expressarem em diversos contextos sociais, desde a leitura de um livro até a interpretação de sinais e a comunicação escrita em situações cotidianas. Esse processo é vital para a inclusão social, pois promove a igualdade de oportunidades, reduzindo as barreiras impostas pela falta de acesso à informação e ao conhecimento.

A prática cidadã busca o pleno exercício das pessoas numa sociedade mais justa, porém aquele que não entende além do que está escrito torna-se excluído tanto socialmente como culturalmente, portanto será uma pessoa incapaz de expor opiniões e pensamentos em ambientes diferenciados que exigem mais conhecimento e assim pode-se dizer que “As práticas de leitura e escrita colocam os falantes com maior chance de construir cidadania plena” (Mollica, 2014, p.12).

O letramento acontece na escola e ela é o órgão responsável para qualificar e integrar todos no contexto linguístico. Diante do exposto, Mollica afirma que:

A apropriação de níveis diferenciados pode efetivar-se por meios de outros modos de inclusão, toda via há que se salientar que um país desenvolvido não pode se conformar com tais expedientes no longo prazo, o que significa, em última instância, que a escola é indispensável para a apropriação da cultura letrada. (Mollica, 2014, p. 24).

De forma ampla, a escola é importante na formação letrada e cognitiva dos educandos o que irá provavelmente torná-los pessoas com opiniões e pensamentos

críticos, com capacidade de interpretar, fazer conclusões acerca da atualidade e isto independentemente de cor, raça, religião ou qualquer tipo de deficiência, até porque o letramento deve acontecer de maneira unânime, pois todos devem ter uma base de conhecimentos e isto perpassa pela escola.

O papel na formação do indivíduo é a terceira dimensão que destaca a importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais. Através da leitura e da escrita, as crianças não apenas adquirem conhecimentos, mas também constroem sua identidade e desenvolvem sua autonomia.

Desta forma, a língua passa a ser um mecanismo que o indivíduo usa para se expressar, expor seus conhecimentos e pensamentos e erros gramaticais são normais entre as pessoas que falam de acordo com seu nível de letramento. Se assume atitude prescritiva, todos os empregos linguísticos desajustados à norma gramatical ou padrão culto da língua e serão considerados erros, que devem ser combatidos e eliminados nos enunciados falados e escritos. (MOLLICA, 2014, p. 43).

A capacidade de interpretar textos e expressar-se por escrito permite que elas compreendam melhor a si mesmas e ao mundo ao seu redor, cultivando uma visão crítica e reflexiva sobre diversas questões. Além disso, a interação com diferentes tipos de textos e narrativas enriquece a experiência cultural e emocional, proporcionando uma compreensão mais profunda da diversidade humana e das múltiplas perspectivas existentes.

Curry (2003) assegura que é preciso preparar os alunos não só para o futuro, mas para uma vida toda, e afirma que:

Há muitas escolas que só se preocupam em preparar os alunos para entrar nas melhores faculdades. Elas erram por focarem apenas neste objetivo. Mesmo que entrem nas melhores escolas, quando saírem, esses alunos poderão ter enormes dificuldades para dar solução a seus desafios profissionais e pessoais (Curry, 2003, p. 142).

A afirmação de Curry sugere que as escolas devem preparar os indivíduos para aplicar os conhecimentos adquiridos de forma prática e cidadã. Além disso, devem estar preparados para enfrentar situações de discriminação relacionadas ao uso da fala em contextos onde as variedades normativas letradas predominam, o que pode levar à exclusão social. No entanto, esses fatores podem ser minimizados

se considerarmos que o letramento pode ocorrer naturalmente, conforme cada pessoa convive e compartilha conhecimentos empíricos, absorvendo e construindo seu aprendizado de maneira progressiva, construtiva e satisfatória.

Em suma, a alfabetização e o letramento nos anos iniciais são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, a inclusão social e a formação integral das crianças. Esses processos não apenas habilitam os alunos a ler e escrever, mas também os preparam para serem cidadãos ativos, críticos e participativos, capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade.

2.3 Nova política de alfabetização (Decreto nº 11.556/2023)

O Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, marca um passo significativo na política educacional brasileira, visando a alfabetização universal das crianças ao término do 2º ano do ensino fundamental. Esta nova política de alfabetização, lançada pelo Ministério da Educação (MEC), reflete o esforço do atual governo em reconstruir o país através da educação, reconhecendo a alfabetização como uma etapa essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. (Santana, 2023, p.01).

Para Santana (2023) o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada conta com a adesão de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, demonstrando um alinhamento das esferas federativas em torno do objetivo comum de garantir que nenhuma criança seja deixada para trás em termos de aprendizagem. Esta política surge em um contexto de recuperação das aprendizagens interrompidas pela pandemia, com foco especial em crianças do 3º ao 5º ano, cujas trajetórias educacionais foram significativamente impactadas.

De acordo com o decreto mencionado, a política de alfabetização proposta prevê um investimento substancial, com R\$ 1 bilhão alocado para o ano de 2023 e uma previsão de R\$ 2 bilhões para os três anos subsequentes. Esses recursos serão direcionados para apoiar as redes de ensino em todo o país, com o intuito de proporcionar condições adequadas para que as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente a meta 5, sejam alcançadas.

Camilo Santana (2023), Ministro da Educação, afirma que o Compromisso é estruturado em cinco eixos estratégicos: Gestão e Governança, Formação de Profissionais de Educação, Infraestrutura Física e Pedagógica, Reconhecimento de Boas Práticas, e Sistemas de Avaliação.

Esses eixos funcionam como pilares que sustentam a política, garantindo que as ações desenvolvidas sejam abrangentes e adequadas às necessidades específicas de cada rede de ensino. O MEC desempenha um papel central, não apenas como idealizador, mas também como provedor de suporte técnico e financeiro, assegurando que os entes federativos possam implementar as ações de forma eficaz.

A adesão à política é voluntária, sendo feita através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). No entanto, para receber o apoio previsto, os entes federativos devem atender a critérios específicos, como a proporção de crianças não alfabetizadas e as características socioeconômicas das comunidades atendidas.

Além disso, a política da atenção especial à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, reforçando o compromisso com a equidade no processo de alfabetização.

Após a adesão, os entes federativos têm a responsabilidade de realizar um diagnóstico de suas redes de ensino até o dia 31 de julho. Este diagnóstico, realizado também pelo Simec, é fundamental para que o MEC compreenda as realidades e necessidades de cada território, permitindo a elaboração de planos de ação que sejam verdadeiramente eficazes e adaptados às especificidades locais.

Em suma, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, representa uma iniciativa robusta e bem estruturada que busca enfrentar um dos principais desafios da educação brasileira: garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso ao direito fundamental da alfabetização.

A política reafirma a importância de um esforço coletivo e coordenado entre as diversas esferas do governo e da sociedade para que a alfabetização se torne uma realidade em todo o país.

3 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerando que o sistema educacional brasileiro é influenciado por uma estrutura social marcada por relações desiguais, com impactos significativos no desempenho acadêmico dos estudantes de classes menos favorecidas, este tópico visa introduzir o referencial teórico que fundamentará a análise das desigualdades escolares e suas repercussões fora do ambiente escolar.

3.1 Fatores socioeconômicos

Os fatores socioeconômicos desempenham um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, impactando diretamente a qualidade e a eficácia da alfabetização e do letramento nos anos iniciais dos alunos. Entre os diversos aspectos que compõem esse cenário, as desigualdades sociais e educacionais são particularmente significativas.

São diversos os fatores socioeconômicos que exercem influência sobre a aprendizagem, tais como a: disparidade social, racial, salarial, educacional, as diferenças nas oportunidades de crescimento intelectual e de lazer, além das desigualdades culturais, políticas e econômicas. Diante dessas diversas dificuldades, torna-se desafiador para os filhos da classe operária, ou seja, os menos privilegiados, desenvolverem habilidades críticas em relação ao processo educacional escolar (Santos, 2015, p. 10).

Neste cenário, é fundamental destacar que a disparidade econômica é tão significativa que muitas vezes os filhos de famílias pobres vão para a escola com o objetivo primordial de saciar sua fome. Muitas crianças tem sua infância comprometida pela dura realidade do desemprego.

As crianças provenientes de áreas desfavorecidas, como favelas, morros, barracos e ruas, enfrentam dificuldades extremas para acompanhar o desenvolvimento intelectual e as oportunidades disponíveis para os filhos de famílias mais abastadas. Enquanto as crianças ricas frequentam shoppings para compras e desfrutam de lanches deliciosos, as crianças pobres muitas vezes são obrigadas a buscar trabalho nas ruas, como engraxar sapatos, realizar pequenos serviços ou até

mesmo recorrer a meios extremos para garantir algum dinheiro para contribuir com a renda familiar (Santos, 2015, p. 11).

A estranheza dos alunos de classes desfavorecidas em relação à cultura escolar acaba reforçando as desigualdades já presentes no ambiente educacional e perpetuando a ilusão de democratização e acesso igualitário. Em outras palavras, a desigualdade na educação é um fenômeno intrínseco ao sistema educacional, que reflete e é sustentado por uma sociedade marcada por disparidades socioeconômicas.

A trajetória educacional dos estudantes não é determinada apenas pelo seu esforço no aprendizado dos conteúdos escolares, essa ideia meritocrática alimentada pela escola com o intuito de abster-se da culpa do fracasso e êxito escolar dos seus estudantes é evidenciada por Bourdieu (1998, p. 47), qual seja

Esse destino é continuamente lembrado pela experiência direta ou mediata e pela estatística intuitiva das derrotas ou do êxito parciais das crianças do meio e também mais indiretamente, pelas apreciações do professor, que, ao desempenhar o papel de conselho, leva em conta, consciente ou inconsciente, a origem social de seus alunos e corrige, assim, sem sabê-lo e sem desejá-lo, o que poderia ter abstrato um prognóstico fundado unicamente na apreciação dos resultados escolares.

Partindo do princípio de que a educação visa a transformação de indivíduos em pessoas melhores, com características mais sociáveis, flexíveis e críticas, capazes de lidar com as frustrações cotidianas, percebe-se que a educação deve focar na inserção do indivíduo no contexto socioeconômico e cultural. Dessa forma, é necessário educar para a aceitação das diferenças individuais e grupais, independentemente de suas origens, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, raciais e culturais, bem como a disparidade socioeconômica que cria barreiras entre pobres e ricos.

Essa disparidade dificulta a implementação de uma educação homogênea nas escolas, para Durkheim (1965):

Para encontrar uma educação completamente homogênea e igualitária, seria preciso remontar até sociedade pré-histórica, no ser das quais não existe diferenciação – ao menos em teoria. Mais essa espécie de sociedade não representa se não

um momento ideal na escola da humanidade. (Durkheim, 1965, p.77)

Durkheim (1965) destaca que, na sociedade moderna, a educação é influenciada por fatores socioeconômicos que criam desigualdades. Ele sugere que a ideia de uma educação igual para todos é idealista e difícil de alcançar na prática, especialmente considerando as condições atuais. No mundo contemporâneo, essas desigualdades se manifestam de forma mais acentuada entre os mais pobres, que frequentemente enfrentam uma educação mais precária em comparação aos mais favorecidos. As disparidades econômicas resultam em diferenças significativas no acesso a recursos educacionais, qualidade do ensino e oportunidades de aprendizado, perpetuando um ciclo de exclusão e desvantagem para os menos abastados.

Como acreditar em uma educação igualitária quando, em um país capitalista, o monopólio do "poder e do saber" está nas mãos de uma pequena minoria chamada "elite", que impõe suas crenças, conceitos e preconceitos aqueles menos privilegiados, ou seja, os economicamente desfavorecidos? (Santos, 2016, p.02).

Frisa-se que em muitos países, as condições socioeconômicas das famílias estão diretamente relacionadas às oportunidades educacionais disponíveis para as crianças. Alunos de famílias com baixos rendimentos costumam frequentar escolas com menos recursos e infraestrutura inadequada. Essas desigualdades estruturais criam um ciclo vicioso de exclusão e baixo desempenho acadêmico, onde as crianças mais vulneráveis tem menos chances de alcançar os mesmos níveis de proficiência em leitura e escrita que seus pares de contextos mais favorecidos. Além disso, a falta de acesso a materiais educativos de qualidade e a atividades extracurriculares limita ainda mais as oportunidades de aprendizado (Santos, 2016, p.03).

A nível global, o sistema de ensino no Brasil tem sido questionado por apresentar resultados insatisfatórios no que se refere à qualidade do processo de aprendizagem e do desenvolvimento do sujeito, especialmente das crianças. Apesar das mudanças e dos investimentos do governo, há alunos da escola pública no Brasil que não conseguem competir com os demais, no contexto social, quando tentam dar continuidade aos seus estudos e/ou se inserir no mercado de trabalho. Isto é, parte

dos alunos formados na educação básica tem dificuldades na compreensão de texto e na leitura (Fischer; Gesser, 2016).

No país, a preocupação com a alfabetização e o letramento tem sido objeto de pesquisa de universidades e centros de pesquisas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além disso, recomendações internacionais (Banco Mundial), bem como os movimentos sociais (movimento negro), entre outros, tem investido na necessidade de desagregação das estatísticas educacionais por sexo e cor/raça e fatores econômicos. A desagregação dos dados educacionais permite uma compreensão mais precisa das desigualdades existentes e facilita a elaboração de estratégias direcionadas para combater essas desigualdades de maneira eficaz. (Senkevics; Carvalho, 2016; Carvalho, 2005).

Em pesquisa mais recente, verificou-se que no Brasil, ao menos 32 milhões de meninas e meninos (63% do total) vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. É o que indica a pesquisa "As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil". O estudo apresenta dados até 2019 (trabalho infantil), até 2020 (moradia, água, saneamento e informação), até 2021 (renda, incluindo renda para alimentação) e dados até 2022 (educação) (UNICEF, 2023).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo UNICEF (2023), mais de 4 milhões de crianças e adolescentes no Brasil em 2019 enfrentavam alguma forma de privação do direito à educação. Esses jovens estavam frequentando a escola com atraso escolar, não estavam alfabetizados, ou estavam fora da escola.

Antes da pandemia, o Brasil vinha mostrando pequenas melhorias no acesso à educação, mas a situação se deteriorou significativamente durante a crise sanitária. Em particular, a alfabetização foi gravemente afetada, com a porcentagem de crianças privadas do direito à alfabetização dobrando de 1,9% em 2020 para 3,8% em 2022. Essa privação tem um impacto direto na aprendizagem e na trajetória escolar dos estudantes, afetando especialmente crianças e adolescentes negros e indígenas, além de aqueles das regiões Norte e Nordeste e do sexo masculino.

O UNICEF (2023), em conclusão da pesquisa realizada, alertou para a urgência de priorizar políticas públicas com recursos suficientes voltadas a crianças e adolescentes no País. "A pobreza na infância e na adolescência vai além da renda.

Estar fora da escola, viver em moradias precárias, não ter acesso a água e saneamento, não ter uma alimentação adequada, estar em trabalho infantil e não ter acesso à informação são privações que fazem com que crianças e adolescentes estejam na pobreza multidimensional”, explica Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil. “Na maioria das vezes, essas privações se sobrepõem, agravando os desafios enfrentados por cada menina e menino. Por isso, é urgente o Brasil olhar para a pobreza de forma ampla, e colocar a infância e a adolescência no orçamento e no centro das políticas públicas”, defende ela.

O aprofundamento das análises e pesquisas permitem identificar os principais desafios e propor soluções mais eficazes para melhorar a qualidade do ensino para os alunos menos favorecidos, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade.

Em resumo, os fatores socioeconômicos representam desafios significativos no processo de ensino-aprendizagem, influenciando diretamente o desenvolvimento da alfabetização e do letramento dos alunos nos anos iniciais. A superação desses desafios exige um esforço conjunto de famílias, escolas e governos para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica.

3.2 Abordagens pedagógicas e métodos de alfabetização

No campo da alfabetização e letramento, a escolha das abordagens pedagógicas representa um desafio significativo para os educadores, visto que a diversidade de métodos disponíveis e a necessidade de adaptação às características individuais dos alunos são aspectos que demandam uma análise cuidadosa e uma flexibilidade constante no processo de ensino-aprendizagem. Cada criança traz consigo um conjunto único de habilidades, experiências, interesses e ritmos de aprendizagem, o que torna a tarefa de alfabetizar uma jornada complexa e diversificada.

As abordagens pedagógicas discutidas variam amplamente em suas filosofias e métodos de ensino, como por exemplo a abordagem tradicionalista, que remonta

ao século XIX e enfatiza a autoridade do professor na transmissão do conhecimento para os alunos como receptores passivos. Em contraste, a abordagem comportamental, influenciada por B. F. Skinner, valoriza a experiência empírica do aluno como descobridor ativo do conhecimento, enquanto o professor organiza o ambiente para otimizar o aprendizado. Já o humanismo, promovido por Maslow e Rogers, foca na autonomia do estudante, encorajando a criatividade e a subjetividade no processo educacional (Braga, 2021, p. 01).

Ainda, Braga (2021) menciona a existência da abordagem cognitivista, fundamentada nas teorias de Jean Piaget, que propõe que o aprendizado seja um processo de desequilíbrios e reequilíbrios, onde o aluno constrói ativamente seu conhecimento através da observação, experimentação e formulação de hipóteses.

A pedagogia histórico-crítica, concebida por Dermeval Saviani, destaca-se pela crítica à reprodução do conhecimento das classes dominantes e pela promoção da formação de indivíduos críticos capazes de transformar sua realidade. A pedagogia libertadora de Paulo Freire enfatiza a participação ativa dos estudantes na construção de seu próprio aprendizado, alinhando os saberes formais com suas experiências de vida.

Por fim, a abordagem libertária, representada por teóricos como Freinet, propõe que os conteúdos escolares sejam disponibilizados aos alunos de forma não obrigatória, incentivando a liberdade de escolha e a autodeterminação no processo educativo. Cada uma dessas abordagens responde às necessidades e contextos educacionais de diferentes épocas, refletindo uma diversidade de visões sobre como o ensino e a aprendizagem podem ser facilitados para promover o desenvolvimento integral dos indivíduos (Khan, 2022).

Nota-se que o processo de ensino-aprendizagem é repleto de aspectos essenciais que demandam atenção cuidadosa. Além das diferentes abordagens pedagógicas mencionadas, é crucial destacar a importância dos métodos de alfabetização existentes, pois cada método possui suas próprias características e podem influenciar significativamente a forma como os alunos compreendem e internalizam o conhecimento, principalmente em seus anos iniciais. Nesse sentido, a escolha do método adequado é fundamental para promover a inclusão e garantir que

todos os estudantes, independentemente de suas origens socioeconômicas, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Um dos principais desafios na escolha do método de alfabetização reside na diversidade de teorias e práticas pedagógicas existentes. Entre as mais conhecidas estão o método fônico, o método global e o método silábico. Cada uma dessas abordagens possui seus defensores e críticas, e a eficácia de cada método pode variar significativamente de acordo com o contexto e as características dos alunos. Por exemplo, o método fônico, que enfatiza a correspondência entre fonemas e grafemas, pode ser eficaz para algumas crianças, enquanto outras podem se beneficiar mais do método global, que enfoca o reconhecimento de palavras inteiras em seu contexto (Tenente, 2019, p. 02).

Tenente (2019) aduz que no método fônico, a unidade principal para aprender a ler e a escrever é o som (ou fonema) e a relação dele com as letras (grafemas). Primeiramente, as crianças aprendem os sons das vogais. Em seguida, o professor apresenta algumas consoantes, das mais simples (t, v, f) para as mais complexas (aquelas que possuem mais de um som, como “s”). “Nós usamos brincadeiras de rima e cantigas para despertar a consciência fonológica das crianças.

Na hora de chamar um aluno para entregar o caderno a ele, por exemplo, é feita uma brincadeira de separar o nome em pedacinhos: Fabi, ‘ffffa’ + ‘bbbi’”, afirma Alessandra Seabra, professora da pós-graduação em distúrbios de desenvolvimento na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e autora de livros sobre o método fônico. Depois que a turma é apresentada aos sons, passa a conhecer as letras que representam esses fonemas. O “fff”, do nome “Fabi”, se escreve com a letra F.

Catherine Snow, especialista em desenvolvimento da linguagem infantil e professora da Universidade de Harvard, defende a aplicação do método fônico, e afirma que há amplas evidências de que ensinar o som das letras é extremamente eficiente para a maioria das crianças, muito necessário para parte delas e prejudicial para nenhuma.

Sobre o método global, tudo começa pelo texto. Só depois de o aluno ter um contato intenso com uma história é que o material será fragmentado em frases e palavras, para que os alunos identifiquem as partes decompostas. (Tenente, 2019, p. 02).

Nesse sentido, afirma Nogueira (2016):

“A criança entende para que serve ler e escrever. E a partir daí, quando começa o processo de alfabetização, o professor utiliza o conhecimento que ela já tem para fazer intervenções e estimular o processo”

Neste método, além da preocupação em apresentar o texto como um todo antes de analisar suas partes, há também o cuidado em escolher gêneros literários que sejam próximos à realidade da criança. Isso inclui histórias, parlendas e adivinhas, que são lidas e depois desconstruídas. Não se utilizam textos "pré-fabricados" para a alfabetização, como os encontrados em cartilhas tradicionais.

Já o método silábico, a palavra já explica - a pessoa vai ser alfabetizada por meio das sílabas, o famoso “ba-be-bi-bo-bu”. O professor começa apresentando as mais simples e depois segue para as complexas (como “tra”, “lha”, “nho”). Aos poucos, a criança passa a montar palavras com as famílias silábicas que já aprendeu. Se ela já sabe, por exemplo, a família do “b”, pode formar: “O bebê babou”.

Tenente (2019) afirma que a principal crítica a esse método é que ele limita o que as crianças podem escrever. Se elas desejarem redigir um bilhete para a mãe, com “Oi, te amo”, não vão conseguir fazê-lo sem ter aprendido as famílias do “t” e do “m”. Além disso, em geral, os textos usados nesse método são artificiais e distantes da realidade infantil.

De forma geral, cada método tem suas próprias vantagens e desvantagens, e a escolha do mais adequado pode ser complexa.

No Brasil, ainda não há uma definição oficial sobre qual método de alfabetização deve ser obrigatório. Algumas escolas ainda utilizam apostilas, enquanto outras se identificam como "construtivistas" e seguem processos analíticos. Também existem colégios que adotam o método fônico, que, apesar de estar em debate atualmente, não é uma novidade. Nenhum desses métodos foi comprovado como o mais correto ou eficaz (Tenente, 2019, p. 03).

Santos (2017) afirma que a falta de consenso sobre a eficácia de cada abordagem e método podem gerar incertezas entre os educadores e gestores escolares, dificultando a implementação de uma estratégia pedagógica uniforme e coesa. A escolha do método e da abordagem, devem, portanto, considerar as

características específicas da turma, o contexto socioeconômico e cultural dos alunos, e a formação e experiência dos professores.

Dessa forma, o professor precisa ter disposição para oferecer aos alunos diversidades de situações que levem a aprendizagem e ter o cuidado para que todos os alunos tenham oportunidades iguais de participação nos espaços de aprendizagem proposto pelo docente.

Sobre o pensamento de Wallon, Moraes (2013, p.123) destaca que “O ser humano é um todo integrado, se expressa por inteiro, nas dimensões afetiva, cognitiva e motora, revelando ainda sua personalidade.”

A necessidade de adaptação às características individuais dos alunos é outro desafio crucial nas abordagens pedagógicas e nos métodos de alfabetização utilizados. Cada aluno possui um ritmo de aprendizado, interesses, habilidades e dificuldades próprias, o que requer uma abordagem personalizada para ser eficaz. No entanto, a realidade de muitas salas de aula, com um grande número de alunos e recursos limitados, dificulta a implementação de estratégias de ensino individualizadas.

Logo, professores precisam estar preparados para identificar e responder às necessidades específicas de cada aluno, utilizando métodos diferenciados e materiais variados que possam engajar e apoiar todos os estudantes. Isso pode incluir o uso de tecnologias educacionais, atividades lúdicas, projetos colaborativos e outras práticas pedagógicas que permitam uma maior flexibilidade no ensino.

Segundo Perrenoud, (1999), a prática pedagógica depende de toda equipe envolvida, em um trabalho coletivo, buscando diversas estratégias consideradas necessárias para o desempenho do exercício da educação, criando o que denomina ‘revolução de competências’, que segundo esse autor só acontecerá se, durante a formação, os futuros e atuais docentes experimentarem-na pessoalmente.

Além disso, a heterogeneidade das salas de aula, especialmente em escolas públicas, representa um desafio adicional. Turmas com um número elevado de alunos e com diferentes níveis de conhecimento exigem do professor uma capacidade de gestão e de organização bastante elevada. A implementação de um método único e rígido pode não atender às necessidades de todos os alunos, sendo

necessário um planejamento flexível e uma abordagem integrada que combine diferentes métodos e estratégias de ensino.

Portanto, a escolha das abordagens pedagógicas no processo de alfabetização e letramento exige uma reflexão profunda e contínua por parte dos educadores. É necessário equilibrar o conhecimento teórico com a prática pedagógica, adaptando-se constantemente às necessidades e características dos alunos. A flexibilidade e a personalização do ensino são fundamentais para enfrentar os desafios e garantir uma educação inclusiva e de qualidade, que possibilite o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita em todos os alunos.

4 PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS

4.1 Intervenções pedagógicas

Superar os desafios no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais exige a implementação de perspectivas e estratégias que vão além das abordagens tradicionais. Entre as diversas iniciativas que podem ser adotadas, as intervenções pedagógicas desempenham um papel crucial. Estas intervenções, fundamentadas no uso de metodologias inovadoras e no desenvolvimento de materiais didáticos adequados, são essenciais para promover um ensino de qualidade que responda às necessidades diversificadas dos alunos e enfrente as barreiras impostas por fatores socioeconômicos, culturais e educacionais.

Em síntese, a intervenção pedagógica ocorre quando o professor ou psicopedagogo precisa intervir no desenvolvimento de um aluno, ou um grupo de alunos, que apresentam dificuldades de aprendizagem, geralmente identificadas por meio de uma avaliação diagnóstica.

Dessa forma, essa intervenção é realizada através de estratégias e abordagens educacionais que permitem ao aluno assimilar o conhecimento de maneira diferenciada. O objetivo das intervenções pedagógicas é múltiplo: melhorar o engajamento dos estudantes, aproximar a família da escola, aumentar o desempenho acadêmico dos alunos, facilitar o trabalho dos professores e reduzir as desigualdades no nível de conhecimento entre os alunos (Benedetti, 2021).

Além disso, a intervenção pedagógica busca criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficiente, onde cada aluno tem a oportunidade de superar suas dificuldades e desenvolver seu potencial máximo. Ela também promove a colaboração entre a escola e a família, garantindo que ambos trabalhem juntos para apoiar o progresso do aluno. Ao implementar essas intervenções, a escola pode criar um sistema de ensino mais equitativo e responsivo às necessidades individuais de cada estudante, promovendo um ambiente educacional mais harmonioso e produtivo.

Benedetti (2021) afirma ainda que o plano de intervenção pedagógica deve ter um caráter interdisciplinar e integral, envolvendo tanto a família quanto a escola na identificação e superação das lacunas de aprendizagem dos estudantes. Isso se faz necessário porque cada etapa da educação básica apresenta desafios específicos que podem sinalizar a necessidade de intervenções psicopedagógicas.

A educação infantil, em particular, é um momento crucial para a realização dessas ações de intervenção, pois é nessa fase que as dificuldades de aprendizagem são mais frequentemente identificadas, especialmente no processo de alfabetização. Durante a educação infantil, a detecção precoce de problemas permite a implementação de estratégias adequadas que podem corrigir ou minimizar as dificuldades antes que elas se tornem mais graves.

A colaboração entre professores, psicopedagogos e familiares é essencial para criar um ambiente de apoio e incentivo, que facilite o aprendizado e promova o desenvolvimento integral da criança. Com uma abordagem proativa e colaborativa, é possível garantir que cada aluno tenha a oportunidade de superar suas dificuldades e alcançar seu pleno potencial (Benedetti, 2021, p.56).

Nesse sentido, a implementação de um projeto de intervenção pedagógica na escola é fundamental devido à falta de contato com a leitura, o insuficiente incentivo familiar e as dificuldades de aprendizado que muitos alunos enfrentam. A leitura e a escrita são habilidades essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos em sociedade, e aprimorar esse processo educativo traz inúmeros benefícios aos estudantes e à sociedade como um todo. A leitura contribui para a emancipação do indivíduo, a manutenção da cidadania, a conscientização social, a ampliação da visão de mundo e a transformação de realidades (Guimarães, 2020, p. 02).

Guimarães (2020) afirma que um projeto de intervenção pedagógica pode resultar em alunos mais motivados e engajados na leitura e na escrita, despertando um prazer em aprender que se refletirá em todas as áreas do seu desenvolvimento acadêmico. Além disso, os estudantes terão um aumento no repertório cultural e uma melhora significativa na interpretação de textos, habilidades que influenciam diversas esferas da vida. A abordagem lúdica e criativa do projeto torna o aprendizado mais eficiente e prazeroso, facilitando a fixação do conhecimento e a compreensão prática do conteúdo.

Através de jogos pedagógicos, estratégias de leitura, reflexão sobre a leitura, exploração de diferentes gêneros textuais, produção textual e interpretação de texto, os alunos desenvolvem diversas capacidades relacionadas ao sistema alfabético. É essencial respeitar o ritmo da criança e incentivá-la, proporcionando um ambiente de leitura que estimule seu interesse e curiosidade, ajudando-a a descobrir e aprender cada vez mais. (Guimarães, 2020, p. 02).

Metodologias inovadoras também podem ser consideradas como ferramentas poderosas, pois elas podem transformar a prática pedagógica e tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e envolvente para os alunos.

Uma dessas metodologias é a aprendizagem baseada em projetos, que incentiva os estudantes a se engajarem em atividades práticas e colaborativas, desenvolvendo habilidades de pesquisa, resolução de problemas e trabalho em equipe. Esse método permite que as crianças explorem temas de interesse pessoal, conectando o conteúdo acadêmico à sua realidade cotidiana, o que aumenta a motivação e o interesse pelo aprendizado.

Outra abordagem inovadora é o uso da tecnologia educacional. Ferramentas digitais, como aplicativos de leitura, plataformas de aprendizagem online e jogos educativos, podem ser integradas ao currículo para apoiar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

A nova geração de crianças que ingressa na escola chega com conhecimentos relevantes e um grande desejo de aprender. Elas buscam algo que as fascine e desperte seu interesse, estando, em sua grande maioria, profundamente conectadas a internet, celular e televisão, especialmente devido ao maior tempo que passam em

casa. Essas crianças anseiam por tecnologia e tem uma maneira própria de se relacionar com o conhecimento (Lima, 2023, p. 02).

Seguindo essa linha de pensamentos, Moran, Masetto e Behrens (2013, p. 36) enfatizam que:

Os docentes podem utilizar os recursos digitais na educação, principalmente a internet, como apoio para a pesquisa, para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os alunos e dos alunos entre si, para integração entre grupos dentro e fora da turma, para a publicação de páginas web, blogs, vídeos, para a participação em redes sociais e entre muitas outras possibilidades.

Segundo os autores, os professores que utilizam as mídias digitais encontram na internet um valioso apoio, que facilita e acelera a elaboração de atividades para os alunos. Essa ferramenta permite uma comunicação eficiente, tanto de forma individual quanto em grupos, dentro e fora do ambiente escolar.

Observamos que o ensino é centrado em conteúdos programáticos, que o professor não é mais visto como figura central na sala de aula e que suas metodologias são baseadas na pedagogia tradicional, pois na sociedade e na nova era digital isso tudo mudou. Sabemos que o professor não é mais o único foco do conhecimento transmitido, com isso, que hoje a sociedade que se representa obriga que a educação molde o aluno para encarar no dia a dia novas situações e deixar de ser um transmissor de informações e se transformar em um ser novo com novas ideias e interações (Serafim; Sousa, 2011).

As tecnologias digitais são recursos inovadores que, integrados ao sistema de ensino, promovem uma comunicação diversificada e transformadora entre professores e alunos. Elas melhoram a interação e facilitam a transmissão de conhecimentos, complementando métodos tradicionais como giz, quadro, livros e jogos pedagógicos. Essa integração não só melhora a comunicação educacional, mas também incentiva o desenvolvimento de habilidades essenciais, criando um ambiente de aprendizagem dinâmico e adaptado às necessidades atuais (LIMA, 2023, p. 02).

Exemplos dessas tecnologias são textos, animações, vídeos, imagens, aplicações e páginas da web, todas projetadas para apoiar o aluno. O uso dessas

ferramentas visa tornar o ensino mais dinâmico e envolvente, permitindo que os estudantes interajam de maneiras variadas e enriquecedoras com o conteúdo.

Essas tecnologias não apenas facilitam o aprendizado, mas também permitem a personalização do ensino, atendendo às necessidades individuais dos alunos. Ao integrar esses recursos no processo educacional, cria-se um ambiente de aprendizagem mais efetivo e estimulante, promovendo o desenvolvimento contínuo e autônomo dos estudantes.

Frisa-se que embora a utilização dessas ferramentas nas práticas educacionais pareça simples, a inserção da tecnologia ainda é desafiadora, pois grande parte dos docentes ainda tem dificuldade em utilizar a tecnologia audiovisual como método pedagógico, uma vez que não há improviso nesse segmento. É preciso ter conhecimento, pesquisar e preparar-se para essa técnica educacional. A inserção de novas tecnologias na educação requer um planejamento cuidadoso e a superação das dificuldades dos docentes com ferramentas audiovisuais. É essencial que os professores se preparem adequadamente para implementar essas técnicas de forma eficaz, garantindo um ensino mais dinâmico e envolvente que atenda às necessidades contemporâneas dos alunos (Lopes, 2021, p. 41).

Neste contexto, Lopes (2021) acredita que é possível encontrar novos caminhos, quebrar paradigmas e aplicar novas metodologias de ensino e aprendizado em tempos difíceis, onde a reinvenção e a busca por práticas inovadoras, contextualizadas e significativas são incessantes. Para isso, é essencial que o docente esteja bem preparado e disponha de ferramentas que garantam acessibilidade a todos.

O desenvolvimento de materiais didáticos adequados é outro aspecto igualmente essencial para a eficácia das intervenções pedagógicas. Materiais que sejam culturalmente relevantes e que reflitam a diversidade dos alunos são fundamentais para promover a inclusão e a equidade no ambiente escolar. Além disso, é crucial que esses materiais sejam adaptados para diferentes níveis de habilidade, permitindo que todos os alunos, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, possam progredir em seu próprio ritmo (Lopes, 2021, p. 41).

Além das metodologias e materiais, a criação de um ambiente escolar acolhedor e estimulante é crucial para o sucesso das intervenções pedagógicas.

Espaços de leitura bem equipados, salas de aula organizadas e decoradas com materiais visuais que incentivem a alfabetização e o letramento, bem como a disponibilização de tempo adequado para atividades de leitura e escrita, são elementos que contribuem para um ambiente propício ao aprendizado. A participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais e cuidadores, também é essencial para fortalecer o vínculo entre a escola e o lar, promovendo um suporte contínuo ao desenvolvimento educacional das crianças (Lopes, 2021, p. 42).

Portanto, superar os desafios no processo de alfabetização e letramento requer a implementação de intervenções pedagógicas fundamentadas em metodologias inovadoras e no desenvolvimento de materiais didáticos adequados, entre outros aspectos abordados. Essas estratégias devem ser acompanhadas de uma formação continuada para os professores e da criação de ambientes escolares estimulantes e inclusivos. Somente por meio de uma abordagem integrada e comprometida com a equidade e a qualidade educacional será possível garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino que lhes permita desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e escrita, construindo, assim, um futuro mais justo e promissor.

4.2 Envolvimento da comunidade escolar

A comunidade escolar desempenha um papel essencial no fortalecimento da conexão entre a escola e a sociedade, pois ela serve como um vínculo entre os alunos e suas famílias, os educadores e a comunidade em geral. Composta pelos próprios estudantes, professores, familiares, responsáveis diretos, funcionários e membros da comunidade local, a comunidade escolar visa criar uma rede de apoio que contribua para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento emocional dos alunos (Khan, 2023, p.02).

Khan (2023) afirma que a participação ativa dos responsáveis na vida escolar das crianças, seja em reuniões, eventos ou comitês, fortalece o compromisso com a educação e estimula a valorização da escola como um espaço de construção coletiva. Contudo, a importância da comunidade escolar vai além do envolvimento dos responsáveis. Professores e funcionários também desempenham um papel

crucial nesse contexto de integração com a sociedade. O diálogo aberto, respeitoso e constante entre educadores e demais membros da comunidade escolar permite a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas, enriquecendo o ambiente de aprendizagem.

Neste contexto, o envolvimento da comunidade escolar, especialmente a parceria entre escola, família e comunidade, é fundamental para o sucesso do processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais dos alunos. A colaboração entre esses agentes cria uma rede de apoio que potencializa o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita das crianças, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz. A importância dessa parceria reside na compreensão de que a educação é um processo contínuo que se estende além dos muros da escola, envolvendo todos os aspectos da vida da criança.

Silva (2019) afirma que a parceria entre família e escola é fundamental para o sucesso da educação, sendo crucial que ambas estejam em sintonia com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento infantil. No entanto, diversos fatores contribuem para a separação entre essas duas esferas. Muitas vezes, os pais se afastam do ambiente escolar e das atividades pedagógicas que requerem sua participação, enquanto as escolas, por sua vez, podem não acolher adequadamente as demandas das famílias.

Para reverter essa situação, é essencial compreender que a educação não é uma responsabilidade exclusiva da escola, nem confinada aos seus muros. O desenvolvimento humano envolve a sociedade como um todo, incluindo escola, família e outros ambientes. As famílias devem permitir que os alunos resolvam questões de socialização no ambiente escolar sem interferir diretamente, enquanto as escolas devem adotar uma gestão democrática que incentive a participação constante dos pais, promovendo um diálogo aberto e acessível (SILVA, 2019, p.01).

Essa colaboração vai além de reuniões burocráticas, como discussões sobre boletins e reclamações. É necessário que a escola se mostre disponível em horários mais acessíveis e aberta a novas sugestões, demonstrando um verdadeiro interesse em envolver os pais no processo educativo. A sintonia entre família e escola possibilita um desenvolvimento mais amplo da criança, tanto no ambiente escolar quanto no familiar.

Os benefícios dessa parceria incluem o aumento do rendimento escolar, maior envolvimento familiar na escola, acompanhamento constante da criança e desenvolvimento cognitivo e social do aluno. Quando família e escola trabalham juntas, o processo de aprendizagem torna-se mais enriquecedor e eficaz, promovendo experiências educativas significativas tanto na escola quanto em casa (Silva, 2019, p.01).

Os pais que se informam sobre a relação dos filhos com os professores, comportamento em sala de aula, desempenho acadêmico e dificuldades nas disciplinas estão geralmente dispostos a colaborar com os professores para superar os desafios educacionais, implementando estratégias de apoio em casa.

Além disso, atividades que envolvem diretamente os pais na vida escolar dos filhos podem ser muito eficazes. Projetos de leitura que incentivam a participação dos pais, como programas de leitura em família, onde os pais são convidados a ler para os filhos na escola, podem criar uma experiência de aprendizagem enriquecedora e fortalecer os laços familiares. Essas atividades ajudam a construir uma cultura de leitura dentro de casa, essencial para o desenvolvimento das habilidades de letramento.

Perrenoud (citado por Pereira, 2008, p.39), refere que a educação precisa mudar e que as mudanças podem ser negociadas entre os diferentes agentes educativos, cabendo à escola o papel de as tornar mais visíveis e reais, ficando as famílias mais interessadas, próximas e conscientes da sua importância.

Quando a família estimula um tempo diário de estudo para as crianças, fazendo com que os estudantes procurem aprender não somente em sala de aula, os resultados mudam. O ato de aprender torna-se natural e até mesmo prazeroso.

As famílias confundem escolarização com educação. É preciso lembrar que a escolarização é apenas uma parte da educação. Educar é tarefa da família (Cortella, 2014, p.1).

A comunidade também desempenha um papel vital no apoio à alfabetização. Parcerias com bibliotecas locais, organizações culturais e empresas podem proporcionar recursos adicionais e oportunidades de aprendizagem para os alunos. Por exemplo, bibliotecas podem oferecer programas de leitura e empréstimo de

livros, enquanto organizações culturais podem promover eventos literários e artísticos que incentivem a criatividade e o interesse pela leitura e escrita. Essas colaborações ampliam o alcance da educação e proporcionam experiências diversificadas que enriquecem o processo de aprendizagem (Nascimento, 2020, p.03).

A criação de um ambiente escolar aberto e acolhedor é outra estratégia importante para envolver a comunidade. Escolas que promovem a participação comunitária, realizando eventos abertos, feiras de leitura e exposições de trabalhos dos alunos, reforçam o sentido de pertencimento e valorização da educação. Esses eventos não só destacam os progressos dos alunos, mas também celebram o papel da comunidade na formação educacional, fortalecendo os laços entre a escola, a família e a comunidade.

Santos (2019) afirma que é crucial desenvolver políticas públicas que incentivem e facilitem a participação dos pais e da comunidade na vida escolar. Programas governamentais que ofereçam apoio às famílias, como subsídios para materiais escolares e transporte, podem aliviar as pressões econômicas e permitir que os pais se envolvam mais ativamente na educação de seus filhos.

Políticas que promovam a formação de conselhos escolares com a participação de pais, professores e membros da comunidade garantem que a tomada de decisões seja colaborativa e reflita as necessidades e aspirações de todos os envolvidos. Khan (2023) afirma que:

O diálogo aberto, respeitoso e constante entre educadores e demais membros da comunidade escolar permite a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas, enriquecendo o ambiente de aprendizagem (Khan, 2023, p.2).

Em resumo, o envolvimento da comunidade escolar, com ênfase na parceria entre escola, família e comunidade, é essencial para o sucesso do processo de alfabetização e letramento. A comunicação eficaz, a capacitação dos pais, a participação em atividades escolares e as parcerias com organizações locais são estratégias que promovem um ambiente educacional rico e inclusivo. Essa abordagem colaborativa não só melhora o desempenho acadêmico das crianças,

mas também fortalece os laços sociais e comunitários, contribuindo para a formação de uma sociedade mais coesa e comprometida com a educação.

4.3 Formação continuada dos professores

A formação continuada é uma ferramenta aliada do trabalho pedagógico, em especial, para os professores de educação infantil, por exercerem sua profissão com crianças pequenas, num ambiente, onde, afloram experiências oriundas dos mais diversos contextos entre eles, familiares e sociais. Considerando que, a escola é o local do encontro das diferenças e para que as crianças se sintam seguras e aprendam a viver em sociedade é preciso saber acolher e valorizá-las na sua natureza (Machado, 2021, p.04).

Partindo desses princípios, a formação continuada favorece os docentes, refletir sobre os problemas vigentes, discutir, pesquisar e planejar ações que almejam aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Sgrogliá (2020), afirma que a formação continuada é um processo de aperfeiçoamento da prática sobretudo, pelo fato, do professor ser quem articula os conhecimentos, sentidos, percepções, compreensões e reflexões acerca da prática, a qual, deve ter como prioridade as aprendizagens das crianças.

Segundo Freire (2011), a formação continuada é o momento adequado para a reflexão crítica sobre a prática. Neste contexto, fica claro a necessidade dos docentes se reunirem periodicamente para pensar sobre os problemas existentes no chão da sala de aula. O mais preocupante, contudo, é constatar que do ponto de vista do autor, a teoria tratada sem relação com a prática pode se tornar vazia e a prática sem a teoria pode se tornar mecânica e sem sentido para as crianças. Em decorrência desse processo, pode-se dizer de forma resumida que mediante a necessidade de se aprofundar os conhecimentos é preciso mergulhar com as ações pedagógicas já consolidadas na teoria e a partir de reflexões críticas, dinamizar a prática. E nessa relação, entre teoria e prática pedagógica, construir novos conhecimentos. No sentido, de garantir o desenvolvimento integral das crianças, considerando as suas diferenças, como propõe a Base Nacional Comum Curricular.

Nesse sentido, a formação e o trabalho docente é uma questão importante uma vez que o mesmo deve estar consciente que sua formação deve ser contínua e está relacionada ao seu dia-a-dia. Segundo Nóvoa (2003 p.23) “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para este estudioso a formação continuada se dar de maneira coletiva e depende de experiência, reflexões como instrumentos de análise.

O professor não pode deixar de estudar, pois enfrenta muitos desafios em sua profissão. No entanto, é essencial que ele se mantenha atualizado e desenvolva suas práticas pedagógicas. Para que isso aconteça, é fundamental criar condições favoráveis para a formação continuada e a valorização dos docentes, promovendo maior mobilização na formação de professores.

Para Romanowski (2009,p. 138):

“A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em tempo contínuo, iniciada com a escolarização básica, que de pois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho”.

Para Guimarães (2020), a formação continuada dos professores também é um componente vital para a implementação bem-sucedida de metodologias inovadoras e para o uso eficaz de materiais didáticos adequados. Educadores precisam ser constantemente capacitados para aplicar novas técnicas e recursos em sala de aula, desenvolvendo habilidades que lhes permitam adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de seus alunos. Programas de formação que promovam a troca de experiências e o aprendizado colaborativo entre os professores podem ser particularmente eficazes, criando uma comunidade de prática que valoriza a inovação e a melhoria contínua.

Os professores, como indivíduos profundamente envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem dentro da escola, experienciam diariamente a realidade educacional. Eles transitam entre os papéis de alunos e educadores, imersos no contexto escolar ao longo de suas vidas. Segundo uma perspectiva inspirada por

Paulo Freire, eles "leem o mundo", significando que interpretam e entendem seu ambiente escolar como parte essencial de sua formação (FREITAS, 2016).

No artigo "A importância da metacognição na formação de professores", de Daniela Rodrigues (2016), é abordado a transformação e os novos desafios enfrentados pelos docentes nas últimas décadas. Antigamente, o ensino seguia um modelo mais tradicional, com o conteúdo sendo o foco central do aprendizado, professores seguiam um roteiro de conteúdo fixo, muitas vezes utilizado por anos sem alterações.

No entanto, com a modernização da sociedade e os avanços tecnológicos, o perfil dos alunos, tanto na educação infantil quanto na básica, mudou significativamente. Hoje, os alunos estão mais conectados e tem acesso fácil a informações. Diante desse novo cenário, combinado com mudanças histórico-políticas, o papel do professor amadureceu e se tornou mais complexo.

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (Juliatto, 2008, p.15)

Neste cenário, a capacitação continuada dos professores é vital para que eles possam acompanhar as mudanças nas metodologias de ensino e nas necessidades dos alunos.

Novas pesquisas em educação, desenvolvimento cognitivo e psicologia infantil constantemente revelam ideias que podem transformar a prática pedagógica. Professores que participam regularmente de cursos, workshops e programas de desenvolvimento profissional estão mais bem equipados para implementar essas novas descobertas em suas salas de aula. Essa formação contínua permite que os educadores conheçam e utilizem uma variedade de estratégias de ensino que podem ser adaptadas às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficaz e significativo (Lopes, 2019, p.13).

Ainda, verifica-se a urgente necessidade de capacitação, fiscalização e formação adequada dos professores no processo de alfabetização das crianças. A qualificação profissional ainda é escassa em muitas regiões do Brasil, como

apontado pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2018), que revelou que 65% das professoras das 180 escolas entrevistadas não possuem ensino superior completo.

Adicionalmente, a pesquisa divulgada pela Revista Educação G1, em 2019, destacou que apenas 35,6% dos profissionais da educação infantil concluíram sua formação. Esses dados evidenciam a prática de gestores públicos municipais de contratar pessoas sem a habilitação mínima exigida, contrariando a legislação educacional. Portanto, é essencial investir na formação contínua dos docentes e garantir que as exigências legais sejam cumpridas para assegurar a qualidade do ensino e promover o pleno desenvolvimento das crianças.

Além de adquirir novas habilidades e conhecimentos, a formação continuada oferece aos professores a oportunidade de refletir sobre suas práticas pedagógicas. A reflexão é um componente essencial do desenvolvimento profissional, pois permite que os educadores avaliem o impacto de suas ações e identifiquem áreas para melhoria. Encorajar os professores a refletirem sobre suas experiências de ensino, seja através de grupos de estudo, mentorias ou diários reflexivos, pode levar a uma prática pedagógica mais consciente e intencional. Essa reflexão crítica ajuda a identificar o que funciona bem e o que pode ser ajustado para melhor atender às necessidades dos alunos (Oliveira, 2012, p. 15).

O incentivo à reflexão sobre práticas pedagógicas também promove um ambiente de aprendizagem colaborativa entre os professores. Quando os educadores têm a oportunidade de compartilhar suas experiências e discutir desafios e sucessos com seus colegas, eles podem aprender uns com os outros e desenvolver soluções coletivas para problemas comuns. A criação de comunidades de prática, onde os professores se reúnem regularmente para discutir suas práticas, trocar ideias e oferecer suporte mútuo, pode ser extremamente benéfica. Essas comunidades não só fortalecem o senso de pertencimento e apoio entre os professores, mas também estimulam a inovação e a melhoria contínua.

Além disso, a formação continuada deve ser acompanhada por políticas de valorização e reconhecimento dos professores. Incentivos como progressão na carreira, aumentos salariais e reconhecimento público pelo trabalho realizado são importantes para manter os educadores motivados e comprometidos com seu

desenvolvimento profissional. A valorização dos professores contribui para um ambiente escolar mais positivo e para a retenção de talentos na educação, o que é crucial para a estabilidade e a qualidade do ensino (Oliveira, 2012, p. 16).

Haline (2018) ressalta outro aspecto importante da formação dos professores, acerca da inclusão de temas que abordem a diversidade e a equidade na educação. Em salas de aula cada vez mais diversas, é fundamental que os professores estejam preparados para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas, culturais ou habilidades. A formação que inclui a conscientização sobre a inclusão, estratégias de ensino diferenciadas e a promoção de um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso é essencial para a construção de uma educação mais justa e equitativa.

A formação continuada dos professores deve, portanto, ser vista como um investimento essencial para a qualidade da educação. Políticas públicas que garantam acesso a programas de desenvolvimento profissional contínuo, incentivos para a participação dos professores e a criação de ambientes de trabalho que promovam a reflexão e a colaboração são fundamentais. Somente com professores bem formados e constantemente atualizados será possível enfrentar os desafios da alfabetização e letramento.

Além disso, quando se investe em capacitação, se investe também em qualidade e melhorias para as escolas, impactando diretamente a formação dos alunos da instituição. Conseqüentemente, você também traz resultados para o município, para o Estado e para o país no geral, formando jovens mais capacitados e cidadãos com um preparo de qualidade, capazes de modificar a realidade ao seu redor.

Em resumo, a formação dos professores é um elemento central para o sucesso do processo de alfabetização e letramento. A capacitação continuada e o incentivo à reflexão sobre práticas pedagógicas são fundamentais para assegurar que os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios do ensino contemporâneo. Ao investir na formação e valorização dos professores, cria-se um ambiente educacional mais forte e eficaz, capaz de promover um aprendizado significativo e inclusivo para todos os alunos.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por ser de natureza bibliográfica, um método utilizado para identificar evidências em materiais já publicados que tratam do processo de alfabetização e letramento, bem como os desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais.

Conforme Almeida e Leite (2016), a pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais previamente publicados, como livros, artigos, periódicos e recursos disponíveis na Internet.

Complementando essa visão, Marconi e Lakatos (2003) destacam que a pesquisa bibliográfica não apenas mapeia o que já foi produzido sobre determinado tema, mas também oferece uma visão panorâmica e atualizada, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e reflitam o estado atual das discussões acadêmicas. Isso é particularmente importante em um campo tão dinâmico quanto o da alfabetização e letramento, onde novas abordagens e desafios surgem continuamente.

O objetivo deste estudo foi explorar e discutir tanto as teorias tradicionais quanto as contemporâneas sobre o processo de alfabetização e letramento e os desafios enfrentados no ensino dos anos iniciais. Além disso, buscou-se identificar e analisar os desafios específicos enfrentados no ensino dos anos iniciais, uma fase crucial na formação educacional da criança.

Para a análise dos dados, o levantamento bibliográfico foi realizado a partir de livros e artigos disponíveis em bases de dados de bibliotecas gratuitas, bibliotecas virtuais, biblioteca da UEMA e pesquisas em trabalhos previamente publicados, utilizando filtros de pesquisa e palavras-chave como alfabetização, letramento, ensino-aprendizagem e anos iniciais. Os materiais escolhidos para compor a base deste estudo foram publicados nas últimas décadas, refletindo as discussões mais recentes e relevantes sobre o tema.

Os materiais selecionados foram publicados nas últimas décadas, e foram priorizados materiais que abordam os principais autores: Piaget, Khan, Durkheim e Paulo Freire, devido à relevância de suas contribuições para o tema da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

As considerações finais deste trabalho reforçam a importância de compreender e diferenciar os processos de alfabetização e letramento, especialmente nos anos iniciais da escolarização. A alfabetização, embora tradicionalmente associada ao ensino da leitura e escrita, deve ser entendida como um processo mais abrangente, que envolve a capacidade de interpretar e compreender os códigos linguísticos de maneira crítica e reflexiva. Nesse sentido, é crucial que as práticas pedagógicas nos anos iniciais vão além do simples ato de decodificar palavras, buscando proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para uma leitura e escrita significativa, que os prepare para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais letrada.

O letramento, por sua vez, complementa a alfabetização ao focar na aplicação prática das habilidades de leitura e escrita em contextos sociais diversos. Ele envolve a capacidade de utilizar a língua escrita de forma eficaz e contextualizada, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para que os alunos participem ativamente na sociedade. Ao integrar alfabetização e letramento, as escolas podem garantir que os alunos não apenas aprendam a ler e escrever, mas também compreendam o uso social e cultural dessas habilidades, o que é vital para seu desenvolvimento cognitivo e social.

Entretanto, o processo de alfabetização e letramento enfrenta desafios significativos. A formação continuada de professores é um dos principais aspectos que precisam ser abordados para garantir a eficácia desse processo. Professores bem formados e atualizados são fundamentais para a implementação de práticas pedagógicas que promovam uma alfabetização e letramento de qualidade. Além disso, a falta de recursos pedagógicos adequados e a necessidade de adaptar as metodologias de ensino às realidades e necessidades dos alunos são desafios que precisam ser superados para assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação inclusiva e significativa.

Nesse contexto, é essencial que políticas públicas e iniciativas educacionais sejam direcionadas ao fortalecimento do processo de alfabetização e letramento. Investir na formação de professores, na disponibilização de recursos pedagógicos e

na criação de ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade cultural e social dos alunos é crucial para enfrentar os desafios do ensino contemporâneo. Somente assim será possível garantir que a educação nos anos iniciais seja verdadeiramente transformadora, capacitando os alunos a se tornarem cidadãos críticos e conscientes.

Por fim, a reflexão sobre os desafios e as perspectivas do processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais destaca a urgência de repensar e aprimorar as práticas educacionais nessa área. É necessário promover uma educação que não apenas ensine a ler e escrever, mas que também desperte nos alunos o prazer pela leitura e a compreensão de sua importância em suas vidas cotidianas. Ao enfrentar esses desafios com soluções inovadoras e adaptadas às realidades contemporâneas, a educação pode desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos preparados para contribuir positivamente para a sociedade, transformando a realidade ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Thais. **13 ações de intervenção pedagógica para reduzir o desnível escolar.** Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/acoes-de-intervencao-pedagogica/#:~:text=A%20interven%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20acontece%20quando,normalmente%20percebidos%20pela%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20diagn%C3%B3stica>. Acesso em: 05/08/2024.

DURKHEIM Émile. **“Pedagogia e Sociologia”**, in Educação e Sociologia, São Paulo, Editora Melhoramentos, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 2011.

FISCHER, Gabriela Maia; GESSER, Verônica. **Crianças multirrepetentes do ensino fundamental: o que pensam sobre seus contextos escolares.** Educação, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 231-241, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/20614/14815>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GUIMARÃES, Amanda. **Projeto de intervenção pedagógica na leitura e escrita: Porque é importante.** Disponível em: <https://superautor.com.br/porque-projeto-de-intervencao-pedagogica-na-leitura-e-escrita-e-importante/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JULIATTO, Clemente Ivo. **De professor para professor: Falando de educação.** Ed. Champagnat, 2013.

KHAN, Acardi. **Qual a importância da comunidade escolar?.** Disponível em: <https://blog.khanacademy.org/pt-br/comunidade-escolar>. Acesso em: 02/08/2024.

KLEIMAN, A. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KUHNEN, Francielle. **A Importância da formação continuada e capacitação dos professores nos processos de alfabetização.** Revista Ensaios Pedagógicos, v.8, n.2, Dez 2018. ISSN – 2175-1773 Curso de Pedagogia UniOpet.

LIRA, Bruno Carneiro. **Alfabetizar letrando**: uma experiência na Pastoral da Criança. São Paulo: Paulinas, 2006.

LOPES, Darcilene Ramos. **Educação Infantil**: as práticas inovadoras e o uso das mídias como ferramenta de aprendizagem no município de Ananindeua/PA. Revista Educação Pública, v. 21, nº 41, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/41/educacao-infantil-as-praticas-inovadoras-e-o-uso-das-midias-como-ferramenta-de-aprendizagem-no-municipio-de-ananindeuapa>. Acesso em: 01/08/2024

MACHADO, Maria, **Formação continuada para professores de Educação Infantil**: Relação entre teoria e prática pedagógica no contexto das diferenças. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA101_ID_30072021000729.pdf. Acesso em 20 jun 2024.

MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

MEIRELES, Elisa. **Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil, alerta UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>. Acesso em 15/07/2024.

MOLLICA, M. C. **Fala, letramento e inclusão social**. 2.ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, p. 12-53, 2014.

MORAES, Regiane Rodrigues de. **A Psicogênese da pessoa completa**. In: VERCELLI, Eliane Moral Lúcia (orgs.). Psicologia da Educação: Múltiplas abordagens. Jundiaí, Paco Editorial: 2013

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização e letramento. Construir Notícias**. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.

MORAN, J. **A escola se transforma mais lentamente do que desejamos e em ritmos diferentes.** Entrevista a Alex Contin. *Geekie*, 2010. Disponível em: <https://www.geekie.com.br/blog/entrevista-jose-moran-escola-inovadora>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

NOGUEIRA, N. R. **Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola.** São Paulo: Saraiva, 2014.

NÓVOA, Antônio. Escola nova. **A revista do Professor.** Ed. Abril. Ano. 2002, p,23.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil Fundamentos e Métodos.** Editora Cortez, 2012.

PEREIRA, M. (2008). **A relação entre pais e professores:** uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTANA, Camilo. **Nova política de alfabetização visa reconstrução da educação.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/nova-politica-de-alfabetizacao-visa-reconstrucao-da-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, Ana Claudia Siqueira dos. **Alfabetização e letramento:** dois conceitos, um processo. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wcontent/uploads/2016/12/tcc3-6.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SANTOS, Emanuella. **FATORES SOCIO-ECONÔMICOS: OS “DESCAMINHOS” DA EDUCAÇÃO.** Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/FATORES-SOCIO-ECONOMICOS.pdf>. Acesso em: 01/08/2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. **“O que você quer ser quando crescer?”**. Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 245, p. 179-194, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n245/2176-6681-rbeped-97-245-00179.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2024.

SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno. **Multimídia na Educação: o vídeo digital integrado ao contexto escolar.** In: SOUSA, Robson P.; MOITA, Filomena M.; CARVALHO, Ana B. (Orgs.) **Tecnologias digitais na educação.** Campina Grande: Eduepb, 2011.

SGROGLIA, Rose. **Iniciando o aprender.** 1. Ed. São Paulo: Joanelha, 2020, vol. II.

SILVA, Gabriele. **A importância da parceria entre família e escola.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importancia-da-parceria-entre-familia-e-escola>. Acesso em 30 jun 2024.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação, n. 25, jan./abr. 2004.

TENENTE, Luiza. **Métodos de alfabetização: entenda a diferença entre o fônico, o global e os demais.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/20184848489/08/16/metodos-de-alfabetizacao-entenda-a-diferenca-entre-o-fonico-o-global-e-os-demais.ghtml>. Acesso em: 12/07/2024